

# Folha Larga F1 Holding S.A.

Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2024 e  
2023 e relatório do auditor  
independente



**Folha Larga 1 Holding S.A.**

*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

---

***Folha Larga F1  
Holding S.A.  
Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos Diretores e Acionistas  
Folha Larga F1 Holding S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Folha Larga F1 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

### **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Folha Larga F1 Holding S.A.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Folha Larga F1 Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2025

A handwritten signature in black ink that reads 'Patricio Marques Roche'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5



Patricio Marques Roche  
Contador CRC 1RJ081115/O-4

## Folha Larga 1 Holding S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.022	20.010	341.865	3.331.586
Títulos e valores mobiliários	5	171.921	2.400.986	63.845.663	70.840.929
Contas a receber	6	-	-	9.474.779	14.169.076
Contas a receber de partes relacionadas	20.1	-	-	1.354.932	1.808.092
Tributos a recuperar	7	2.032.549	-	2.964.288	216.735
Adiantamentos a fornecedores		-	5.261	-	337.715
Despesas antecipadas		-	-	-	10.138
Dividendos a receber	20.3	965.435	5.851.603	-	-
Outros ativos		4	370	4	370
		<b>3.189.931</b>	<b>8.278.230</b>	<b>77.981.531</b>	<b>90.714.641</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos a recuperar	7	-	2.053.196	-	2.053.196
Investimentos	8	169.464.603	184.266.394	-	-
Imobilizado	9	-	-	529.884.373	550.923.399
Direito de uso	10	-	-	145.343	145.622
		<b>169.464.603</b>	<b>186.319.590</b>	<b>530.029.716</b>	<b>553.122.217</b>
<b>Total de ativos</b>		<b>172.654.534</b>	<b>194.597.820</b>	<b>608.011.247</b>	<b>643.836.858</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar	12	8.439	46.633	4.366.493	2.790.165
Tributos a recolher	11	205	32.490	696.595	1.724.883
Contas a pagar a partes relacionadas	20.2	-	-	5.377.936	2.945.365
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	22.046.150	20.347.599
Impostos a recolher		-	-	1.186.278	1.694.342
Dividendos a pagar	20.4	270.192	5.964.561	270.192	5.964.561
		<b>278.836</b>	<b>6.043.684</b>	<b>33.943.644</b>	<b>35.466.915</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	398.616.726	419.422.310
Impostos diferidos		-	-	259.229	393.497
Passivo para descomissionamento		-	-	2.815.950	-
		-	-	<b>401.691.905</b>	<b>419.815.807</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	14.1	155.166.284	155.166.284	155.166.284	155.166.284
Reserva legal	14.2	4.413.495	4.356.612	4.413.495	4.356.612
Dividendos adicionais propostos	14.4	12.795.919	29.031.240	12.795.919	29.031.240
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>172.375.698</b>	<b>188.554.136</b>	<b>172.375.698</b>	<b>188.554.136</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>172.654.534</b>	<b>194.597.820</b>	<b>608.011.247</b>	<b>643.836.858</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita líquida de vendas	15	-	-	88.603.987	107.857.562
Custos das vendas	16	-	-	(55.602.168)	(48.993.744)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>33.001.819</b>	<b>58.863.818</b>
Despesas gerais e administrativas	17	(98.091)	(135.747)	(1.997.812)	(1.127.106)
Equivalência patrimonial	8	1.147.735	24.638.332	-	-
Outras receitas e despesas		34.249	3.723	3.549.293	2.195.379
<b>Lucro operacional</b>		<b>1.083.893</b>	<b>24.506.308</b>	<b>34.553.300</b>	<b>59.932.091</b>
Despesas financeiras	18	(12.344)	(5.279)	(33.668.537)	(37.750.540)
Receitas financeiras	18	135.257	612.912	5.921.310	8.569.593
<b>Resultado financeiro</b>		<b>122.913</b>	<b>607.633</b>	<b>(27.747.227)</b>	<b>(29.180.947)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.206.806</b>	<b>25.113.941</b>	<b>6.806.073</b>	<b>30.751.144</b>
Imposto renda e contribuição social corrente	19	(69.156)	-	(5.782.954)	(5.623.166)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	114.531	(14.037)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.137.650</b>	<b>25.113.941</b>	<b>1.137.650</b>	<b>25.113.941</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.137.650	25.113.941	1.137.650	25.113.941
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.137.650</b>	<b>25.113.941</b>	<b>1.137.650</b>	<b>25.113.941</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>155.549.584</b>	<b>(383.300)</b>	<b>3.100.915</b>	<b>11.137.557</b>	-	<b>169.404.756</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.113.941	25.113.941
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva legal	14.2	-	1.255.697	-	(1.255.697)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	(5.964.561)	(5.964.561)
Dividendos adicionais propostos	14.4	-	-	17.893.683	(17.893.683)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>155.549.584</b>	<b>(383.300)</b>	<b>4.356.612</b>	<b>29.031.240</b>	-	<b>188.554.136</b>
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	-	-	-	(17.045.896)	-	(17.045.896)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.137.650	1.137.650
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva legal	14.2	-	56.883	-	(56.883)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	(270.192)	(270.192)
Dividendos adicionais propostos	14.4	-	-	810.575	(810.575)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>155.549.584</b>	<b>(383.300)</b>	<b>4.413.495</b>	<b>12.795.919</b>	-	<b>172.375.698</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	1.137.650	25.113.941	1.137.650	25.113.941
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação e amortização	16	-	24.954.130	24.952.687
Custos sobre empréstimos e juros	18	-	32.459.320	36.666.723
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	18	(135.257)	(5.921.310)	(7.347.084)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	(114.531)	14.037
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	69.156	5.782.954	5.623.166
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1.147.735)	-	-
		<b>(76.186)</b>	<b>58.298.213</b>	<b>85.023.470</b>
<b>Variações dos ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	6	-	5.659.382	(2.675.231)
Contas a receber de partes relacionadas	20.1	-	(511.925)	(853.832)
Adiantamentos a fornecedores		5.261	337.715	(116.326)
Despesas antecipadas		-	10.140	452.819
Tributos a recuperar	7	20.647	(694.357)	(194.900)
Outros ativos		366	366	2.166.750
Tributos a recolher	11	(32.285)	(1.028.292)	917.892
Contas a pagar	12	(38.194)	1.040.860	(3.531.440)
Contas a pagar a partes relacionadas	20.2	-	2.432.571	1.200.152
Adiantamentos de clientes		-	-	(621.992)
		<b>(44.205)</b>	<b>7.246.460</b>	<b>(3.256.108)</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>				
Imposto de renda e contribuição social pagos		(69.153)	(6.310.753)	(4.949.060)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais</b>		<b>(189.544)</b>	<b>59.233.920</b>	<b>76.818.302</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	(563.407)	(633.377)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		2.364.320	12.916.576	(47.867.137)
Dividendos recebidos	8	20.835.693	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>23.200.013</b>	<b>12.353.169</b>	<b>(48.500.514)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de empréstimos - principal	13	-	(19.258.825)	(20.321.539)
Pagamento de empréstimos - juros	13	-	(31.013.090)	(33.505.634)
Custo de transação de empréstimos		-	(1.294.438)	(4.016.909)
Dividendos pagos	14.3	(23.010.457)	(23.010.457)	(19.426.682)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(23.010.457)</b>	<b>(74.576.810)</b>	<b>(77.270.764)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>12</b>	<b>(2.989.721)</b>	<b>(48.952.976)</b>
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		20.010	3.331.586	52.284.562
No final do exercício		20.022	341.865	3.331.586
		<b>12</b>	<b>(2.989.721)</b>	<b>(48.952.976)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aquisição de imobilizado e intangível a prazo	-	-	535.468	-
Passivo para descomissionamento	-	-	2.815.950	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



## 1 Contexto operacional

A Folha Larga 1 Holding S.A. ("Folha Larga 1" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 17 de outubro de 2018, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso no 52, 18º andar (parte), Centro. A Companhia é controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A., detentora de 100% das ações. Seu acionista controlador final é a EDF Renouvelables S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

A autorização para exploração foi adquirida pelo consórcio Folha Larga 1 nos leilões de energia nova, LEN A-4 e LEN A-6, realizados pela ANEEL em Abril de 2018 e Agosto de 2018, respectivamente. Nos leilões foram vendidos 33,4 MW médio e 16 MW médio, respectivamente, de garantia física.

Após o êxito no leilão, foram constituídas quatro novas entidades, suas controladas, que juntas, possuem capacidade total instalada de 147MW. Em março de 2019 foram iniciadas as obras do complexo, cuja previsão de conclusão e início da operação comercial era Setembro de 2020. Ao longo de 2019 foram assinados contratos de venda de energia no mercado livre totalizando 69,4 MWm.

Em 24 de dezembro de 2018 foi assinado o contrato de financiamento do projeto com o Banco do Nordeste, com a realização do primeiro desembolso em dezembro de 2019.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

### 1.1 Da autorização para operação

#### **Folha Larga Fase I**

A primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Campo Formoso - BA e a autorização para exploração foi adquirida nos leilões de energia nova, LEN A-4 e LEN A-6, realizados pela ANEEL em Abril de 2018 e Agosto de 2018, respectivamente. Foram vendidos nos leilões 33,4 MW médio e 16 MW médio, respectivamente, de garantia física.

Após o êxito nos leilões foram constituídas quatro novas empresas: Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A. ("VSJ01"), Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A. ("VSJ04"), Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A. ("VSJ13") e Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A. ("VSJ14"), que representam os parques eólicos que produziram os 49,4 MW médios contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2020 e atende integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com o início da obrigação de entrega de energia a partir de 01/01/2022, conforme descrição de geração abaixo:

<b>Capacidade instalada nas Companhias constituídas</b>	<b>Capacidade</b>	
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S/A	33,6	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S/A	29,4	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S/A	42,0	MW
Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S/A	42,0	MW
	<b>147,0</b>	<b>MW</b>

A apuração de energia produzida é mensal, sendo que, desvios negativos são restituídos pelas Companhias. Desvios positivos são pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 17 de agosto de 2018, as quatro novas empresas obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

As empresas possuem contratos firmados no ambiente de contratação livre (ACL) a partir de 2020 até 2043, o que garante a geração de receitas no período que antecede o atendimento ao mercado regulado.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 33,3 km, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kV Folha Larga e término na Subestação Senhor do Bonfim II;
- (ii) Subestação Senhor do Bonfim II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e (iii) Entradas de linha na Subestação Senhor do Bonfim II em 230 kV.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2025.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 21.

### 2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 21.

## 2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

### (a) Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras incluem:

<u>Sociedades</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participação</u>
Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S/A	Geração de energia eólica	100%

### (b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais,

que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

<b>Estimativa</b>	<b>Nota Explicativa</b>
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(a)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(b)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(c)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.14

### (a) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 21).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

**(b) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos**

A Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa (como o rating de crédito da subsidiária).

**(c) Provisão para receita extra/ressarcimento**

Os contratos das controladas da Empresa possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados

e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

**Geração excedente:** Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

**Geração deficitária:** Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

## **2.7 Classificação entre circulante e não circulante**

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Empresa e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

## **3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis**

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

#### **(a) Ativos financeiros**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

***i. Ativos financeiros ao custo amortizado***

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

***ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado***

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

***iii. Desreconhecimento***

A Empresa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando

auferidas.

### **3.3 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

### **3.4 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Empresa e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

### **3.5 Investimento em controladas**

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

### **3.7 Ativo intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **(a) Gastos com projetos eólicos e fotovoltaicos**

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos e fotovoltaicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

#### **(b) Software**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### **3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)**

#### **(a) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Empresa para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A Empresa não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Empresa possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

**(b) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Empresa não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**3.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Empresa optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

**3.10 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos**

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A Empresa reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela Empresa no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

**(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em

que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.11 Contas a pagar**

O contas a pagar é reconhecido quando a Empresa possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### **3.12 Passivo para descomissionamento**

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

### **3.13 Resultado financeiro**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### **3.14 Receita de contrato com cliente**

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Empresa e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo

**Folha Larga 1 Holding S.A.***Notas explicativas as demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2024**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

**Reforma tributária**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

**(a) Receita de geração de energia**

A receita da Empresa e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Empresa obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Empresa e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

**(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)**

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são

reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Empresa.

### **3.15 Tributos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Empresa e suas investidas estão sujeitas ao regime do lucro real, enquanto as empresas indiretas (SPEs) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

#### **(a) Lucro presumido**

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

#### **(b) Lucro real**

A Empresa e suas controladas tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### **(c) Tributos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### **(d) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

### **3.16 Arrendamento**

A Empresa e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo

identificado, a Empresa e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

**(a) Ativos de direito de uso**

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

**(b) Passivo de arrendamento**

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

**(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### **3.17 Questões climáticas**

A Empresa considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Empresa está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Empresa considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Empresa tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2024, a Empresa considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

### 3.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

#### (a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### (b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

**Folha Larga 1 Holding S.A.***Notas explicativas as demonstrações financeiras**em 31 de dezembro de 2024**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
  - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
  - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
  - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
  - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

*Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Bancos	20.022	20.010	341.865	3.331.586
<b>Total</b>	<b>20.022</b>	<b>20.010</b>	<b>341.865</b>	<b>3.331.586</b>

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 22.

**5 Títulos e valores mobiliários**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Títulos e valores mobiliários	171.921	2.400.986	63.845.663	70.840.929
	<b>171.921</b>	<b>2.400.986</b>	<b>63.845.663</b>	<b>70.840.929</b>

- (i) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024 sobre o DI CETIP ("CDI") de 98,00% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

**6 Contas a receber de clientes**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Contratos de energia	8.297.617	12.735.407
Contratos de mercado de curto prazo	44.490	1.329.415
Outros contas a receber	1.132.672	104.254
	<b>9.474.779</b>	<b>14.169.076</b>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

## 7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>				
IRPJ	1.858.706	-	2.061.114	19.738
CSLL	50.761	-	158.731	-
PIS	1.579	-	23.026	-
COFINS	9.715	-	203.912	-
ISS	-	-	-	17.338
IRRF	103.061	-	315.161	178.529
Outros	8.727	-	202.344	1.130
	<b>2.032.549</b>	<b>-</b>	<b>2.964.288</b>	<b>216.735</b>
<b>Não Circulante</b>				
IRPJ	-	1.285.870	-	1.285.870
CSLL	-	48.848	-	48.848
PIS	-	580	-	580
COFINS	-	3.567	-	3.567
IRRF	-	708.522	-	708.522
Outros	-	5.809	-	5.809
	<b>-</b>	<b>2.053.196</b>	<b>-</b>	<b>2.053.196</b>
<b>Total</b>	<b>2.032.549</b>	<b>2.053.196</b>	<b>2.964.288</b>	<b>2.269.931</b>

- (i) Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Empresa e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**8 Investimentos**

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a))

	<b>VSJ 01</b>	<b>VSJ 04</b>	<b>VSJ 13</b>	<b>VSJ 14</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>45.503.494</b>	<b>34.971.410</b>	<b>52.550.019</b>	<b>51.241.471</b>	<b>184.266.394</b>
Equivalência patrimonial	(1.490.136)	(1.427.117)	2.001.661	2.063.327	1.147.735
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(475.395)	(490.040)	(965.435)
Dividendos adicionais propostos	(3.081.014)	(98.488)	(5.838.372)	(5.966.215)	(14.984.089)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>40.932.343</b>	<b>33.445.804</b>	<b>48.237.913</b>	<b>46.848.543</b>	<b>169.464.603</b>
	<b>VSJ 01</b>	<b>VSJ 04</b>	<b>VSJ 13</b>	<b>VSJ 14</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>43.192.588</b>	<b>33.376.738</b>	<b>50.300.838</b>	<b>48.656.871</b>	<b>175.527.035</b>
Equivalência patrimonial	5.979.116	2.091.373	8.194.208	8.373.635	24.638.332
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.420.039)	(496.701)	(1.946.125)	(1.988.738)	(5.851.603)
Dividendos adicionais propostos	(2.248.171)	-	(3.998.902)	(3.800.297)	(10.047.370)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>45.503.494</b>	<b>34.971.410</b>	<b>52.550.019</b>	<b>51.241.471</b>	<b>184.266.394</b>

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<b>2024</b>				
	<b>VSJ 01</b>	<b>VSJ 04</b>	<b>VSJ 13</b>	<b>VSJ 14</b>	<b>Total</b>
Ativo circulante	19.690.968	13.585.851	22.745.054	21.091.005	77.112.878
Ativo não circulante	122.385.039	107.511.076	149.765.586	150.368.016	530.029.717
Passivo circulante	8.814.728	7.843.078	8.742.088	10.586.191	35.986.085
Passivo não circulante	92.328.937	79.808.045	115.530.638	114.024.287	401.691.907
Patrimônio líquido	42.422.478	34.872.921	46.236.252	44.785.216	168.316.867

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



Lucro do exercício	(1.490.136)	(1.427.117)	2.001.661	2.063.327	1.147.735
--------------------	-------------	-------------	-----------	-----------	-----------

**2023**

	<b>VSJ 01</b>	<b>VSJ 04</b>	<b>VSJ 13</b>	<b>VSJ 14</b>	<b>Total</b>
Ativo circulante	24.137.145	13.226.068	27.649.577	24.320.485	89.333.275
Ativo não circulante	126.828.255	111.819.711	155.871.675	156.549.380	551.069.021
Passivo circulante	8.700.396	6.737.343	10.503.405	10.378.951	36.320.095
Passivo não circulante	96.761.511	83.337.025	120.467.828	119.249.443	419.815.807
Patrimônio líquido	39.524.377	32.880.038	44.355.811	42.867.836	159.628.062
Lucro do exercício	5.979.116	2.091.373	8.194.208	8.373.635	24.638.332

**9 Imobilizado**

**Consolidado**

**2024**

	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Reversão</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	550.923.399	1.098.875	-	-	(24.953.851)	527.068.423
Passivo para descomissionamento	-	-	2.815.950	-	-	-	2.815.950
<b>Total</b>		<b>550.923.399</b>	<b>3.914.825</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24.953.851)</b>	<b>529.884.373</b>
Custo		631.085.575					635.000.400
Depreciação acumulada		(80.162.176)					(105.116.027)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>550.923.399</b>					<b>529.884.373</b>

## Folha Larga 1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado							
2023							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	10% a.a.	3.329	-	(3.329)	-	-	-
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	576.612.818	734.996	694.329	(2.166.946)	(24.951.798)	550.923.399
Instalações em construção		149.916	-	(149.742)	(174)	-	-
Adiantamento para aquisição de ativos	-	541.258	-	(541.258)	-	-	-
<b>Total</b>		<b>577.307.321</b>	<b>734.996</b>	<b>-</b>	<b>(2.167.120)</b>	<b>(24.951.798)</b>	<b>550.923.399</b>
Custo		632.517.699					631.085.575
Depreciação acumulada		(55.210.378)					(80.162.176)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>577.307.321</b>					<b>550.923.399</b>

Atualmente, os ativos da Empresa que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 14). A Empresa efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



## 10 Direito de uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Empresa reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento. Os saldos relacionados a essas despesas podem ser encontrados na Nota 18.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa possui 02 (dois) contratos de aluguel reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

### 10.1 Direito de uso

Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	145.622	-	(279)	145.343
	<b>145.622</b>	-	<b>(279)</b>	<b>145.343</b>

Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	146.511	-	(889)	145.622
	<b>146.511</b>	-	<b>(889)</b>	<b>145.622</b>

## 11 Tributos e Impostos a recolher

Tributos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL	-	12.082	-	12.082
PIS sobre faturamento	17	1.385	109.382	208.603
COFINS sobre faturamento	13	8.565	504.764	1.060.567
Tributos retidos na fonte	175	10.458	82.449	443.631
	<b>205</b>	<b>32.490</b>	<b>696.595</b>	<b>1.724.883</b>

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos a recolher				
IRPJ	-	-	773.920	1.110.120
CSLL	-	-	412.358	584.222
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.186.278</b>	<b>1.694.342</b>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

**12 Contas a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados	8.439	46.633	213.683	1.059.564
Aquisição de imobilizado	-	-	535.468	-
Serviços de manutenção	-	-	911.882	1.406.440
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	129.185	-
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	2.443.303	-
TUST/TUSD	-	-	-	324.161
Compra de energia	-	-	123.640	-
Outros	-	-	9.332	-
	<b>8.439</b>	<b>46.633</b>	<b>4.366.493</b>	<b>2.790.165</b>

**13 Empréstimos e financiamentos****13.1 Linha de crédito**

	Moeda	Encargos anuais	Consolidado	
			2024	2023
Principal BNDES FINEM	R\$		419.422.309	438.681.134
Juros			1.240.567	1.088.775
			<b>420.662.876</b>	<b>439.769.909</b>
Passivo circulante			22.046.150	20.347.600
Passivo não circulante			398.616.726	419.422.309

Em 24 de dezembro de 2018, as controladas firmaram um contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 523.140.370. A liberação parcial ocorrida até 31 de dezembro de 2024, foi no montante de R\$ 482.920.352. O objetivo desta captação foi para implantação (construção) dos parques eólicos.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Sobre o principal da dívida incidem IPCA + juros de 2,57% a.a.. Os juros possuem exigibilidade trimestral ao longo do período de carência, compreendido entre a data de assinatura do contrato e 15 de julho de 2021, passando a obrigação para mensal após o término do período de carência, até o fim do contrato. O contrato de financiamento prevê a aplicação de bônus de adimplência, incidente sobre os juros básicos fixo, nos casos em que a parcela do serviço da dívida for integralmente paga até a data do respectivo vencimento.

### 13.2 Movimentação dos empréstimos

<b>Saldo inicial em 01/01/2023</b>	<b>460.947.268</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/2024</b>	<b>439.769.909</b>
(+) Juros apropriados	32.649.814	(+) Juros apropriados	31.164.882
(-) Amortização juros	(33.505.634)	(-) Amortização juros	(31.013.090)
(-) Amortização principal	(20.321.539)	(-) Amortização principal	(19.258.825)
<b>Saldo final em 31/12/2023</b>	<b>439.769.909</b>	<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>420.662.876</b>

#### *Garantias*

O empréstimo conta com penhor de ações e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização e cessão fiduciária dos direitos emergentes relacionados ao Contrato de O&M.

Os fluxos de pagamentos futuros não descontados da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
2026	56.610.595
2027	56.662.200
2028	54.369.244
2029	53.655.590
2030 – 2038	341.168.335
<b>Total</b>	<b>562.465.964</b>

## 14 Patrimônio líquido

### 14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 155.166.284, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 155.166.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<b>Participação%</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Acionistas</b>			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	155.166.284	155.166.284
		<b>155.166.284</b>	<b>155.166.284</b>

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



## 14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o valor constituído no exercício é de R\$ 56.883 (R\$ 1.255.697 em 2023), totalizando R\$ 4.413.495.

## 14.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos adicionais propostos.

Em 2024, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 23.010.457

Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 270.192 (R\$ 5.964.561 em 2023).

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro líquido do exercício	1.137.650	25.113.941
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>1.137.650</b>	<b>25.113.941</b>
(-) Constituição da reserva legal	(56.883)	(1.255.697)
<b>(=) Base para a distribuição dos dividendos</b>	<b>1.080.767</b>	<b>23.858.244</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>270.192</b>	<b>5.964.561</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>810.575</b>	<b>17.893.683</b>

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo Inicial	5.964.561	19.426.682
Dividendos mínimos obrigatórios	270.192	5.964.561
Dividendos adicionais propostos	17.045.896	-
Dividendos pagos	(23.010.457)	(19.426.682)
	<b>270.192</b>	<b>5.964.561</b>

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



#### 14.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 810.575 (R\$ 17.893.683 em 2023).

### 15 Receitas de vendas e serviços

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita bruta de vendas de energia	92.008.256	111.938.435
<b>Receita bruta</b>	<b>92.008.256</b>	<b>111.938.435</b>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(606.240)	(726.731)
COFINS	(2.798.029)	(3.354.142)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(3.404.269)</b>	<b>(4.080.873)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>88.603.987</b>	<b>107.857.562</b>

Em 2024, a Companhia registrou redução em sua receita líquida devido a um maior volume de negociação da energia descontratada no mercado spot e mercado de curto prazo.

### 16 Custos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Custos operacionais</b>		
Seguros	(1.562.642)	(1.575.929)
Custos com aluguéis	(1.277.787)	-
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(3.935.319)	(866.615)
Aquisição de energia elétrica	(3.544.190)	(1.331.239)
Outros custos	-	(200.528)
Outros custos e serviços	(252.619)	-
	<b>(10.572.557)</b>	<b>(3.974.311)</b>
<b>Impostos e taxas</b>		
TUSD	(5.710.266)	(5.846.874)

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Taxa de regulamentação	(456.201)	(584.238)
Impostos e taxas diversas	-	(1.276.898)
	<b>(6.166.467)</b>	<b>(7.708.010)</b>
<b>Serviços prestados</b>		
Serviços de consultoria	(95.112)	(415.478)
Manutenção das instalações	(9.949.125)	(7.275.242)
Serviços de telecomunicações	(438.997)	-
Outros serviços	-	(118.738)
	<b>(10.483.234)</b>	<b>(7.809.458)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Custo com depreciação	(24.953.851)	(24.951.798)
Custo com depreciação do direito de uso	(279)	(889)
	<b>(24.954.130)</b>	<b>(24.952.687)</b>
<b>Rateio de custos</b>		
Salários	(3.220.105)	(1.763.409)
Aluguéis	-	(1.604.373)
Previdência social	-	(413.696)
Serviços prestados pelo exterior	(205.675)	(225.674)
Gestão de ativos	-	(303.358)
Outros custos	-	(238.768)
	<b>(3.425.780)</b>	<b>(4.549.278)</b>
<b>Total dos custos de vendas</b>	<b>(55.602.168)</b>	<b>(48.993.744)</b>

**17 Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Despesas administrativas</b>				
Despesas legais	(1.159)	(2.381)	(91.597)	(11.134)
Outras despesas administrativas	-	(3.985)	(170.472)	(136.668)
	<b>(1.159)</b>	<b>(6.366)</b>	<b>(262.069)</b>	<b>(147.802)</b>
<b>Impostos e taxas</b>				
PIS e COFINS	-	(24.522)	-	(24.522)
Multas	(4.543)	-	(244.263)	(14.629)
Imposto e taxas diversas	(29.963)	-	(266.707)	(46.667)
	<b>(34.506)</b>	<b>(24.522)</b>	<b>(510.970)</b>	<b>(85.818)</b>
<b>Despesas com serviços prestados</b>				

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Honorários de contadores	(33.593)	(33.571)	(167.964)	(165.265)
Serviços de consultoria	(3.513)	-	(349.891)	-
Honorários de auditores	(25.320)	(27.231)	(126.599)	(136.156)
Honorários de advogados	-	(9.209)	(578)	(122.018)
Serviços de vigilância	-	(1.350)	(317.460)	(354.670)
Serviços de limpeza	-	(33.498)	(5.053)	(94.192)
Serviços de informática	-	-	(5.034)	(21.185)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(21.554)	-
	<b>(62.426)</b>	<b>(104.859)</b>	<b>(994.133)</b>	<b>(893.486)</b>
<b>Rateio de despesas</b>				
Outros rateios	-	-	(158.589)	-
Impostos e taxas diversas	-	-	(72.051)	-
	-	-	<b>(230.640)</b>	-
<b>Total das despesas administrativas</b>	<b>(98.091)</b>	<b>(135.747)</b>	<b>(1.997.812)</b>	<b>(1.127.106)</b>

**18 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	135.257	612.912	5.921.310	7.347.084
Descontos obtidos	-	-	-	1.222.069
Outras receitas financeiras	-	-	-	440
	<b>135.257</b>	<b>612.912</b>	<b>5.921.310</b>	<b>8.569.593</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros de empréstimos e debentures	-	-	(31.164.882)	(31.891.440)
Juros sobre outras operações	(2.019)	(1.938)	(109.239)	(361.307)
Despesas bancárias	(3.413)	(2.319)	(346.794)	(4.927.812)
Garantias	-	-	(666.195)	(524.000)
Descontos concedidos	-	-	(1.150)	-
Despesas com IOF	(59)	-	(75.566)	-
Custos com empréstimos e debêntures	-	-	(1.294.438)	-
Tributos sobre receitas financeiras	(6.289)	-	(6.289)	-
Outras despesas	(563)	(1.022)	(3.985)	(45.981)

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



financeiras	<u>(12.343)</u>	<u>(5.279)</u>	<u>(33.668.538)</u>	<u>(37.750.540)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>122.914</b></u>	<u><b>607.633</b></u>	<u><b>(27.747.228)</b></u>	<u><b>(29.180.947)</b></u>

## 19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Lucro antes do imposto</b>	1.206.806	25.113.941	6.806.071	30.751.144
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	410.314	8.851.053	2.314.065	10.767.702
Resultados de controladas por equivalência	(390.230)	(8.690.611)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	45.643	(160.442)	45.643	(160.442)
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	3.429	-	3.429	-
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	3.305.286	(4.970.057)
<b>Encargo fiscal</b>	<u><b>69.156</b></u>	<u>-</u>	<u><b>5.668.423</b></u>	<u><b>5.637.203</b></u>
Despesa com IR e CS correntes	(69.156)	-	(5.782.954)	(5.623.166)
Despesa com IR e CS diferidos (i)	-	-	114.531	(14.037)
	<u><b>(69.156)</b></u>	<u>-</u>	<u><b>(5.668.423)</b></u>	<u><b>(5.637.203)</b></u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	5,7%	0,0%	83,3%	-18,3%

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Imposto por natureza</b>		
IRPJ e CSLL sobre lucro	69.156	-

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	2.940.250	2.918.019
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	1.967.258	2.705.122
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	806.290	25
	<b>5.782.954</b>	<b>5.623.166</b>

## 20 Transações com parte relacionadas

### 20.1 Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Parque Eólico Ventos de São Januário 03 S/A	196.282	132.994
Parque Eólico Ventos de São Januário 05 S/A	294.090	179.114
Parque Eólico Ventos de São Januário 06 S/A	282.062	178.353
Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S/A	290.563	175.587
Parque Eólico Ventos de São Januário 11 S/A	291.936	176.960
Ventos de São Bento	-	319.739
Ventos de São Galvão	-	338.548
Ventos de Santos Eloy	-	306.797
	<b>1.354.932</b>	<b>1.808.092</b>

Refere-se a saldo a receber oriundo de repasse de custos necessários para a construção dos parques dos projetos Folhas Largas I, II, Casa dos Ventos, através de percentual fixo de acordo com contrato do Consórcio Folha Larga Interconexões, na qual a Ventos de São Januário 01 S.A. (empresa do projeto Folha Larga I) é a empresa líder

### 20.2 Contas a pagar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
EDF EN do Brasil Participações (i)	5.377.936	2.945.365
	<b>5.377.936</b>	<b>2.945.365</b>

Refere-se ao repasse dos custos necessários para o desenvolvimento, construção e manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.

### 20.3 Dividendos a receber

	<b>Controladora</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Parque Eólico Ventos da São Januário 01 S/A	-	1.420.040
Parque Eólico Ventos da São Januário 04 S/A	-	496.700

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Parque Eólico Ventos da São Januário 13 S/A	475.395	1.946.125
Parque Eólico Ventos da São Januário 14 S/A	490.040	1.988.738
	<b>965.435</b>	<b>5.851.603</b>

## 20.4 Dividendos a pagar

	<b>Controladora</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	270.192	5.964.561
	<b>270.192</b>	<b>5.964.561</b>

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 15.3.

## 20.5 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses períodos.

## 21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, conforme categorias abaixo:

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	20.022	20.010	341.865	3.331.586
Contas a receber	-	-	9.474.779	14.169.076
Adiantamentos a fornecedores	-	5.261	-	337.715
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	1.354.932	1.808.092
Despesas antecipadas	-	-	-	10.138
Dividendos a receber	965.435	5.851.603	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	171.921	2.400.986	63.845.663	70.840.929
<b>Passivos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	8.439	46.633	4.366.493	2.790.165
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	5.377.936	2.945.365
Empréstimos e financiamentos	-	-	420.662.876	439.769.909
Dividendos a pagar	270.192	5.964.561	270.192	5.964.561
Passivo para descomissionamento	-	-	2.815.950	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de hedge - Os valores contábeis de títulos e valores mobiliários informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo.
- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Empresa sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Empresa, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2024*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



### 21.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	20.022	20.010	341.865	3.331.586
Contas a receber	-	-	9.474.779	14.169.076
Adiantamentos a fornecedores	-	5.261	-	337.715
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	1.354.932	1.808.092
Despesas antecipadas	-	-	-	10.138
Dividendos a receber	965.435	5.851.603	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	171.921	2.400.986	63.845.663	70.840.929

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

### 21.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa tem seu passivo substancialmente indexado e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (22.5) desta nota.

### 21.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>
Contas a pagar	8.439	-	46.633	-
Dividendos a pagar	270.192	-	5.964.561	-
	<b>278.631</b>	<b>-</b>	<b>6.011.194</b>	<b>-</b>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>
Contas a pagar	4.366.493	-	2.790.165	-
Contas a pagar a partes relacionadas	5.377.936	-	2.945.365	-
Empréstimos e financiamentos	50.498.649	562.465.964	46.971.570	699.950.319
Passivo para descomissionamento	-	2.815.950	-	-
	<b>60.243.078</b>	<b>565.281.914</b>	<b>52.707.100</b>	<b>699.950.319</b>

#### 21.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

#### 21.5 Gestão de capital

A Empresa obtém recursos através de aportes realizados por seus quotistas e por instituições financeiras terceiras, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos em projetos de geração eólica e solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

##### *Análise de sensibilidade*

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Empresa preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2025 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2024, cuja valor definido foi de 3,90% a.a. sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

**Folha Larga 1 Holding S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2025		
	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	420.662.876	IPCA	44.649.812	50.826.408	56.937.613

## 22 Compromissos assumidos

### 22.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	VSJ01		VSJ04	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	101.616	1.198.881	91.104	1.052.210
Preço				
ACR [R\$/MWh]	118	107	115	107
Subtotal [R\$]	11.966.374	128.628.300	10.478.458	112.891.859
Volume [MWh]	64.259	485.544	56.397	426.143
Preço				
ACL [R\$/MWh]	178	160	178	160
Subtotal [R\$]	11.405.918	77.585.538	10.010.513	68.093.690
<b>Total [R\$]</b>	<b>23.372.292</b>	<b>206.213.838</b>	<b>20.488.971</b>	<b>180.985.549</b>
	VSJ13		VSJ14	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	120.012	1.473.094	120.012	1.473.094
Preço				
ACR [R\$/MWh]	116	107	117	107
Subtotal [R\$]	13.927.750	158.048.603	13.984.312	158.048.603
Volume [MWh]	78.956	596.600	78.956	596.600
Preço				
ACL [R\$/MWh]	178	160	178	160
Subtotal [R\$]	14.014.718	95.331.166	14.014.718	95.331.166
<b>Total [R\$]</b>	<b>27.942.468</b>	<b>253.379.769</b>	<b>27.999.030</b>	<b>253.379.769</b>

## 23 Seguros

**Folha Larga 1 Holding S.A.**  
*Notas explicativas as demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

***Seguro Responsabilidade Civil Geral***

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

## Certificate Of Completion

Envelope Id: 944793A2-E307-4F4D-9A6D-26DAA25D80A9

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: DF's\_Folha Larga F1 Holding 2024.docx

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 49

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Felipe Azevedo

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.azevedo@pwc.com

IP Address: 134.238.160.20

## Record Tracking

Status: Original

25 April 2025 | 11:19

Holder: Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

25 April 2025 | 15:14

Holder: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

## Signer Events

Patrício Marques Roche

patricio.roche@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

### Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

### Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

## Signature

DocuSigned by:

AA780542972D492...

## Timestamp

Sent: 25 April 2025 | 11:23

Viewed: 25 April 2025 | 13:30

Signed: 25 April 2025 | 15:14

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 187.43.147.241

## In Person Signer Events

## Signature

## Timestamp

## Editor Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Agent Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Intermediary Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Certified Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Carbon Copy Events

## Status

## Timestamp

Felipe Azevedo

felipe.azevedo@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

### Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

**COPIED**

Sent: 25 April 2025 | 15:14

Viewed: 25 April 2025 | 15:14

Signed: 25 April 2025 | 15:14

## Witness Events

## Signature

## Timestamp

## Notary Events

## Signature

## Timestamp

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	25 April 2025   11:23
Certified Delivered	Security Checked	25 April 2025   13:30
Signing Complete	Security Checked	25 April 2025   15:14
Completed	Security Checked	25 April 2025   15:14

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------